

ARTIGO

IDENTIDADES NARRATIVAS E O PLEBISCITO NO PARÁ: análise das primeiras páginas de *O Liberal* e *Diário do Pará*¹

Copyright © 2017
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

ALDA CRISTINA COSTA
Universidade Federal do Pará, Brasil

THAÍS LUCIANA CORRÊA BRAGA
Universidade Federal do Pará, Brasil

EVELYN CRISTINA FERREIRA DE AQUINO
Universidade Federal do Pará, Brasil

RESUMO - Em 11 de dezembro de 2011, o plebiscito no Pará propôs a criação dos estados de Carajás e de Tapajós a partir da divisão do estado do Pará. O resultado da consulta pública foi negativo aos dois projetos. O artigo analisa as identidades narrativas constituídas pelas primeiras páginas dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará* sobre o plebiscito no Pará. Utilizou-se como referencial metodológico a Hermenêutica em Profundidade (HP), proposta por Thompson (2011). A HP evidencia o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação. Como principal técnica de pesquisa, a análise narrativa, proposta por Motta (2007), com ênfase no movimento de construção de personagens jornalísticas (discursivas). As identidades narrativas construídas pelos dois jornais indicaram que ambos eram contrários à criação dos novos estados, porém, por motivos divergentes. A bandeira do Pará foi o principal elemento utilizado para evocar a ideia de unidade.

Palavras-chave: Identidades Narrativas. Hermenêutica de Profundidade. Plebiscito no Pará. Amazônia.

IDENTIDADES NARRATIVAS Y PLEBISCITO EN PARÁ: análisis de las primeras páginas de *O Liberal* y *Diário do Pará*

RESUMEN - En 11 de diciembre de 2011, el plebiscito en Pará propuso la creación de los estados Carajás y Tapajós a partir de la división del estado Pará. El resultado de la consulta pública fue negativo para los dos proyectos. El artículo analiza las identidades narrativas constituidas por las primeras páginas de los periódicos *O Liberal* y *Diario de Pará* acerca del plebiscito en Pará. Fue utilizado como referencia metodológica la Hermenéutica en Profundidad (HP), propuesto por Thompson (2011). La HP pone de relieve el hecho de que

el objeto de análisis es una construcción simbólica significativa, lo que requiere una interpretación. Como principal técnica de la investigación, el análisis narrativo, propuesto por Motta (2007), con énfasis en el movimiento de construcción de personajes periodísticos (discursivos). Las identidades narrativas construidas por los dos periódicos han indicado que ambos se opusieron a la creación de los nuevos estados, pero por diferentes razones. La bandera de Pará fue el elemento principal que se utilizó para evocar la idea de la unidad. **Palabras clave:** Identidades narrativas. Hermenéutica in Profundidad. Plebiscito en Pará. Amazonas.

NARRATIVE IDENTITIES AND THE PLEBISCITE IN PARÁ: an analysis of the front pages for *O Liberal* and *Diário do Pará*

ABSTRACT - On December 11, 2011, a plebiscite was held in Pará proposing to create two separatist states, Carajás and Tapajós, out of the state of Pará. The public voted against both projects. This article analyzes the narrative identities found on the front pages of *O Liberal* and *Diário do Pará* newspapers about the plebiscite in Pará. Depth Hermeneutics (DH), as proposed by Thompson (2011), was used as the methodological reference. DH emphasizes the object of analysis as a meaningful symbolic construction requiring interpretation. Narrative analysis, as proposed by Motta (2007), was the main research technique used to highlight the movement of construction of journalistic (discursive) characters. The narrative identities built by the two newspapers showed that both were against the creation of the new states, but for very different reasons. The flag of Pará was the main object used to induce the idea of unity.

Key words: Narrative identities. Depth Hermeneutics. Plebiscite in Pará. Amazon.

1 Considerações iniciais

Plebiscito trata-se de consulta pública, feita por meio do voto, a respeito de uma matéria que os poderes públicos consideram delicada o bastante para a vida social (AQUINO, 2013, p. 7). O plebiscito no Pará, realizado em 11 de dezembro de 2011, levou 4.848.495 eleitores paraenses às urnas para decidir sobre a criação dos estados de Carajás e de Tapajós, a partir da divisão do estado do Pará. As perguntas estavam fundamentadas nos decretos legislativos nº 136 e nº 137/2011, emitidos em 26 de maio e 2 de junho de 2011, respectivamente.

Até 1988, a formação ou a extinção de novos estados brasileiros era prerrogativa da União. Passou à deliberação popular

com a promulgação da Carta Magna, que prevê, no artigo 18, a convocação de plebiscito em casos de decisão sobre desmembramento, incorporação e subdivisão de estados com anexação a outros, ou para a criação de novos territórios federais (BRASIL, 1988).

A maioria das respostas dos eleitores paraenses às duas perguntas foi negativa – em torno de 66% dos votos válidos, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Juridicamente, o Pará permanece como representante da região Norte; a segunda² maior unidade federativa do país em extensão territorial, com 1.247.954,320 km²; com população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 8.073.924 habitantes, distribuída entre 144 municípios. Econômica e socialmente, no entanto, o Pará está “fracionado, com polos autônomos, independentes até mesmo das [...] lideranças que tentam viabilizar o novo desenho espacial da Amazônia” (PINTO, 1994, p. 8).

Questiona-se: quais as identidades narrativas constituídas pelas primeiras páginas dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*, de 11 de dezembro de 2011, sobre o plebiscito no Pará? Os jornais tomados como referência são os maiores e mais expressivos do estado do Pará, conforme contextualização realizada mais à frente sobre o sistema midiático na região Norte do país. A identidade é, aqui, entendida narrativamente, pois “é na história narrada, com seus caracteres de unidade, articulação interna e completude, conferidos pela operação de composição do enredo, que a personagem conserva ao longo de toda a história uma identidade correlativa à própria história” (RICOEUR, 2014, p. 149). Não se considerou os elementos adjacentes às primeiras páginas, apenas as manchetes relacionadas ao plebiscito no Pará.

Apropriou-se da Hermenêutica de Profundidade (HP), proposta por Thompson (2011), como postura metodológica. Denominada metodologia da interpretação, a HP evidencia o fato de que o objeto de análise se trata de uma construção simbólica significativa e que exige uma interpretação. Ricoeur (1978, p. 15) define o simbólico como característico de toda estrutura de significação em que um sentido direto, primário, literal, designa, por acréscimo, outro sentido indireto, secundário, figurado, que só pode ser apreendido por meio do primeiro. A interpretação, portanto, consiste em decifrar o sentido oculto no sentido aparente, ou seja, em desdobrar os níveis de significação implicados na significação literal.

Entendeu-se o plebiscito no Pará como construção simbólica,

uma vez que as informações sobre a consulta pública foram produzidas de acordo com as ideologias dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*. Van Dijk (1998, p. 8, tradução nossa) explica que as ideologias “permitem às pessoas, enquanto membros de grupos, organizarem a amplitude de crenças sociais sobre o que é um caso para elas, bom ou mau, certo ou errado, e para que possam agir de acordo”³.

A estrutura interpretativa proposta pela HP compreende três procedimentos principais: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/re-interpretação. Neste artigo, a análise sócio-histórica compreende a caracterização histórico-geográfica do estado do Pará, com destaque para a formação dos territórios de Carajás e de Tapajós. Também se considerou, neste momento inicial, a trajetória político-comunicacional dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*.

A análise formal ou discursiva deu-se a partir da análise pragmática da narrativa jornalística, que estabelece sequências de continuidade (ou descontinuidade), integrando ações no passado, no presente e no futuro. Para Motta (2007, p. 146), as narrativas são formas de relações que se estabelecem por conta da cultura, da convivência entre os seres vivos com interesses, desejos, vontades e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e poder.

O autor propõe seis movimentos para a análise pragmática da narrativa jornalística: 1) recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico; 2) identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios; 3) a construção das personagens jornalísticas (discursivas); 4) estratégias comunicativas, que se subdividem em a) estratégias de objetivação (construção dos efeitos do real), e b) estratégias de subjetivação (construção de efeitos poéticos); 5) a relação comunicativa e o “contrato cognitivo”; 6) metanarrativas (significados de fundo moral ou fábula da história).

Neste artigo, utilizou-se apenas um dos seis movimentos sugeridos pelo autor: a construção de personagens jornalísticas (discursivas). Para melhor executar a etapa da análise formal ou discursiva, proposta na segunda fase da HP, abriu-se uma seção intermediária que discute, teoricamente, narrativas, identidade e ideologias (FRANÇA, 2002; GEERTZ, 2015; LEAL, 2006; MOTTA, 2007; MARTINO, 2010, 2016; RICOEUR, 2006, 2010, 2014; THOMPSON, 2011; VAN DIJK, 1998, 2015). Na análise pragmática da narrativa jornalística, de fato, aplicou-se o modelo de análise da notícia, conforme Van Dijk (2000).

Terceiro procedimento da HP, a interpretação/reinterpretação

implica um novo movimento de pensamento, procedido por síntese, isto é, pela construção significativa de novos significados (THOMPSON, 2011, p. 375). Esta fase, facilitada pelas anteriores, encerra o artigo à guisa de considerações finais, com destaque para as reflexões sobre a atividade jornalística no Pará e na Amazônia brasileira.

2 O plebiscito no Pará como construção simbólica

O estado do Pará faz parte da Amazônia brasileira – região que se consolidou pela autonomia e pela inarticulação com o resto do Brasil e com a América Latina. Paes Loureiro (1995, p. 25) aponta que as dificuldades de acesso impostas pela floresta amazônica; o desenvolvimento de uma economia essencialmente extrativista, apoiada na mão de obra indígena – e não a plantação sustentada pelo trabalho de escravos; bem como a própria predominância da população indígena sobre o negro e o branco são fatores que contribuíram para a peculiaridade da cultura amazônica.

A tentativa de integrar a Amazônia às demais regiões brasileiras ganhou consistência com o governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), que visava à sedimentação de um mercado interno ativo. Cada região brasileira deveria contribuir com sua produção característica, dentro da ideia de “vocação regional”. Com a vocação extrativista da Amazônia, o governo passou a incentivar a ocupação da fronteira amazônica (BUENO, 2002, p. 69).

Uma das estratégias do governo federal para ocupar, delimitar e, conseqüentemente, controlar a Amazônia foi implantar redes de integração espacial por meio de rodovias – grandes eixos transversais, como a Transamazônica e a Perimetral Norte, e intrarregionais, como a Cuiabá-Santarém e a Porto Velho-Manaus (BECKER, 1997, p. 14). No entanto, de acordo com Paes Loureiro (1995, p. 25), foi somente com a inauguração da Belém-Brasília, em 1961, que, de fato, rompeu-se o isolamento da Amazônia – ou, pelo menos, a progressiva diminuic o. As rodovias passaram a ser os eixos da nova circulação (tanto de pessoas quanto de mercadorias e serviç os), em detrimento das vias fluviais. Os núcleos de vale deslocaram-se para a terra firme.

Outra estratégia governamental adotada foram subsídios ao fluxo de capital e indução de fluxos migratórios – principalmente, da região sudeste e do exterior do país (BECKER, 1997, p. 19). A partir dos anos 1980, iniciou-se a exploração de recursos minerais em larga escala

por empresas estatais e/ou estrangeiras, ao lado da busca por ouro nos garimpos. Uma das descobertas minerais mais importantes foi a província metalogênica da Amazônia Oriental, localizada entre os rios Araguaia e Xingu, no sul do Pará. De forma a controlar o território e a organizar, espacialmente, a produção, grandes projetos foram desenvolvidos⁴.

A expansão da fronteira amazônica resultou em violentos conflitos entre empresas, garimpeiros e povos indígenas, não apenas pela disputa da terra, mas pelos territórios onde se localizam as jazidas. O conflito entre a malha programada pelo governo e a malha sociopolítica, que é constituída pelo espaço vivido dos grupos sociais que concretamente se instalaram na Amazônia, originou as propostas de reconfiguração e de rompimento das regiões administrativas oficiais.

A integração homogeneizadora imposta pela malha programada do governo federal não é de forma alguma absoluta nem total. A Amazônia nunca foi homogênea, e hoje, submetida a um rápido processo de destruição/construção, também se fragmenta em unidades sub-regionais construídas por novas sociedades locais. Essa diferenciação é resultado da ação do Estado e da iniciativa e do confronto dos diferentes grupos sociais, isto é, da prática social (BECKER, 1997, p. 96).

O sul do Pará, que compreende o território de Carajás, formou-se pela atividade dos seringueiros, que extraíam látex natural da área desde meados do século XIX. Schmink e Wood (2012, p. 195) explicam que, no final daquele século, os seringueiros fundaram povoados às margens do médio Tocantins e ao longo dos rios Araguaia e Xingu. O sistema de aviação estimulou o estabelecimento de rotas terrestres de suprimento, as quais conectavam bacias de rios separados por centenas de quilômetros.

Marabá, a provável capital do estado de Carajás, foi fundada por comerciantes que enriqueceram com o comércio de borracha. Quando o ciclo da borracha chegou ao fim, a castanha-do-pará tornou-se o principal produto de exportação do sul do Pará. Os comerciantes de Marabá passaram a pressionar o governo do estado por autonomia política local. A ideia era que Marabá ficasse sob a jurisdição do estado de Goiás ou que fosse criado um novo Estado. Os comerciantes conquistaram uma vitória em 1913, quando o estado do Pará separou Marabá do município de São João do Araguaia e, também, indicou uma junta governamental para controlar o recém-criado município (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 196).

No território de Tapajós, a primeira iniciativa de divisão territorial data de 1849, com o estudo feito pelo visconde de Porto

Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen, propondo o reordenamento territorial e político do Brasil. Ainda que não fosse mencionado o nome Tapajós, o Pará era objeto de três subdivisões. Com a criação do Amazonas, em 1850, permaneceram pendências sobre os limites entre Amazonas e Pará. A fim de evitar possíveis conflitos, surgiu a ideia de se criar uma terceira província, “situada mais ou menos entre aquelas duas, englobando as comarcas de Óbidos, Parintins e Santarém, com a capital nesta última cidade” (DUTRA, 1999, p. 18).

Várias propostas vieram à tona, desde então, com vistas à autonomia do que começou a ser chamado de “Oeste do Pará”. A gênese do conceito remonta ao ano 1985, quando foi criado o Comitê Pró-Criação do Estado do Tapajós.

O nome cristalizou-se em Tapajós e a região começou a ser politicamente conceituada de Oeste do Pará, de vez que o Baixo Amazonas tradicional não englobava os novos núcleos criados ou que sofreram mudanças com a abertura das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá. O Oeste passava a apresentar novas realidades socioeconômicas e culturais, as cidades ribeirinhas diferiam dos núcleos afetados pela política de transportes rodoviários implantada em parte da região pelo governo federal e a imigração exigia adaptações no campo político (DUTRA, 1999, p. 22).

Um dos questionamentos à homogeneização do Oeste do Pará, de acordo com Castro (2011, p. 2), é que o conceito abriga, pelo menos, três territórios diferentes: 1) o Baixo Amazonas, com dois territórios internos diferenciados e concorrentes – Santarém e Calha Norte; 2) o Xingu, centrado em Altamira e que, também, possui espaços internos diferentes – o próprio polo de Altamira, que faz conexão com a rodovia Transamazônica, e o imenso espaço ao sul do Xingu, cuja densidade demográfica é baixa; 3) o Alto Tapajós, centralizado em Itaituba.

3 A adversidade político-comunicacional entre O Liberal e Diário do Pará

Há cinco grupos de comunicação amazônicos que se projetam regionalmente ou mesmo nacionalmente: dois no Pará – as Organizações Romulo Maiorana (ORM) e a Rede Brasil Amazônia (RBA), responsáveis pelos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*, respectivamente; dois no Amazonas – a Rede Amazônica e a Rede Calderaro de Comunicação, também conhecida como *A Crítica*; e um no Tocantins – as Organizações

Jaime Câmara (CASTRO, 2012). Os meios de comunicação paraenses concentram-se na capital do estado, Belém. Pinto (2015, p. 171) afirma que, ao todo, dez grupos mediáticos (comerciais, religiosos e públicos) atuam no estado do Pará.

Fundado em 15 de novembro de 1946 com o objetivo de representar, oficialmente, o Partido Social Democrático (PSD), *O Liberal* era chefiado pelo interventor Joaquim Cardoso de Magalhães Barata⁵. Na sua primeira fase, o caráter político do jornal era patente. Vespertino, *O Liberal* fazia contraposição ao *Folha do Norte* – que pertencia à família do adversário político Paulo Maranhão. Em 1966, *O Liberal* adquiriu caráter empresarial sob a propriedade de Romulo Maiorana, que o tornou matutino e implantou mudanças no projeto gráfico e na apresentação do conteúdo noticioso – fugindo, pelo menos explicitamente, das guerras políticas. Romulo Maiorana faleceu em 1986 e, a partir de então, a presidência do jornal passou para o primogênito Romulo Maiorana Júnior – que, hoje, também preside as ORM, corporação jornalística da família Maiorana detentora de emissoras de rádio AM e FM e de televisão aberta (afiliada à Rede Globo), além de operadora de TV a cabo e portal de notícias (MASSARANI; SEIXAS; CARVALHO, 2013, p. 83; SEIXAS; CASTRO, 2014, p. 103; VELOSO, 2008, p. 76).

O *Diário do Pará* foi criado em 22 de agosto de 1982 a fim de combater a campanha feita por *O Liberal* em favor da candidatura do empresário Oziel Carneiro ao governo do estado, bem como para subsidiar o candidato de oposição – Jader Barbalho (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) –, que saiu vitorioso do pleito. O principal financiador do *Diário do Pará*, incluindo o sistema gráfico do jornal, foi o ex-governador de São Paulo, Orestes Quércia – na época, com pretensões em se tornar presidente da República (PINTO, 2007).

Assim que Jader Barbalho se elegeu governador, *O Liberal* tentou oferecer-lhe apoio. No entanto, a verdadeira intenção dos Maiorana era dissuadir o político de investir na nova carreira. No primeiro mandato de Jader Barbalho (1982 a 1986), *O Liberal* foi bastante favorecido, com verbas em publicidade. Porém, em vez de descartar o *Diário do Pará*, Jader Barbalho tratou de dar-lhe competitividade, substituindo as velhas máquinas de impressão por rotativas *offset*. O jornal de campanha de Jader “continuou um degrau tecnológico abaixo de *O Liberal*, mas já não tão abaixo quanto antes” (PINTO, 2007).

A réplica da família Maiorana à ascensão política⁶ e na esfera da comunicação de Jader Barbalho revelou-se na intimidade, cada vez maior, com os adversários do ex-governador na política local. *O*

Liberal passou a dar espaço para os adversários de Jader atacarem-no publicamente. Em contrapartida, o jornal das ORM recebia investimento da publicidade oficial. A aliança mais duradoura dos Maiorana com um grupo político paraense forjou-se em 1994, com a eleição de Almir Gabriel (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) ao governo do estado. Foram 12 anos de intensa propaganda do PSDB nos jornais, nas rádios e nas TVs das ORM, uma vez que Almir Gabriel reelegeu-se em 1998 e conseguiu eleger o sucessor Simão Jatene, em 2002 (VELOSO, 2008, p. 84).

A condição de disputa entre os dois grupos – ORM e RBA – chega a ser estruturante da vida política estadual. A polarização entre ambos e a atuação na cena política paraense intensificou-se a partir de 2002, uma vez que *O Liberal* passou a perder espaço comercial para o concorrente *Diário do Pará*. “Com uma política agressiva de investimentos e marketing, o jornal de Jader Barbalho ganhou espaço no mercado local e conseqüentemente expressão política, construindo uma situação polarizada de concorrência que, embora não gere qualidade de conteúdo, tem o efeito de criar agendas próprias” (CASTRO, 2012, p. 182).

Não se deve negligenciar a importância de *O Liberal* e do *Diário do Pará* para as ORM e a RBA, respectivamente, pois os jornais impressos são “mantidos como verdadeiros bastiões econômicos de sua influência política e utilizados em toda forma de chantagem a empresas e ao poder público para se capitalizar” (CASTRO, 2013). Da mesma forma, por se tratarem de meios de comunicação impressos, ORM e RBA detêm mais espaço quando comparado ao restrito tempo de jornalismo permitido, por exemplo, via contrato de filiação a uma rede de televisão nacional. De acordo com Castro (2013), o jornalismo impresso paraense constitui-se pelo modelo de propaganda, porque gira em torno dos interesses que controlam os grupos de comunicação.

O Liberal consolidou-se como jornal que apoia os governos de situação, em especial, os governos do PSDB. O *Diário do Pará* caracteriza-se como jornal de campanha, destinado a defender os interesses de Jader Barbalho, do PMDB e de alguns aliados na cena política local (VELOSO, 2008, p. 86). Atualmente, *O Liberal* adota o slogan “o maior, o melhor” do Norte e do Nordeste do país. No entanto o jornal das ORM não se submete a qualquer auditoria de circulação. Desde 2006, não é filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC), por conta de fraudes nos números apresentados ao órgão (PINTO, 2013).

O *Diário do Pará*, por sua vez, não divulga as informações

sobre circulação apuradas pelo IVC. O jornal da RBA prefere os dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), pois, de acordo com Pinto (2013), o Ibope afere audiência, isto é, mede quantas pessoas leem um único exemplar de jornal. O IVC não checa a vendagem dos jornais e ambos, *O Liberal* e *Diário do Pará*, não disponibilizam essas informações para o público.

4 Narrativas, identidades e ideologias: perspectivas teóricas

Para Martino (2016, p. 42), o ato narrativo representa um momento privilegiado para pensar e entender o ato comunicacional como uma forma de encontro com o outro, uma vez que narrar pressupõe algum tipo de relacionamento, ainda que mínimo, com a pessoa para quem se narra. Por isso, o ato narrativo desenha-se como um ato sobretudo de compartilhamento deliberado do simbólico entre duas ou mais pessoas providas de um determinado referencial apto a entender, ou ao menos perceber, as implicações desses elementos.

Legitimantes, os saberes narrativos possibilitam a integração entre sujeito, mundo e experiência. Para Leal (2006, p. 20), narrar significa buscar e estabelecer um encadeamento e uma direção; investir o sujeito de papéis e criar personagens; indicar uma solução. De acordo com o autor, as narrativas tecem a experiência de vida e podem aparecer no cotidiano, contadas pelos seres humanos, ajudando-os a viver e agrupando-os, distinguindo-os, marcando seus lugares e possibilitando a criação de comunidades. Para tanto, é necessária a elaboração de um “olhar narrativizante” capaz de estabelecer as articulações entre os diversos fragmentos em circulação.

Em Ricoeur (2010, p. 98), toda narrativa pressupõe da parte do narrador e de seu auditório uma familiaridade com termos, tais como: agente, objetivo, meio, circunstância, ajuda, hostilidade, cooperação, conflito, sucesso, fracasso, etc. Para o filósofo francês, as narrativas têm por tema agir e sofrer. Da mesma forma, a essa familiaridade com a rede conceitual da ação, a narrativa acrescenta aspectos discursivos que a distinguem de uma simples sequência de frases de ação. Tratam-se de “aspectos sintáticos, cuja função é gerar a composição das modalidades de discursos dignos de serem chamados narrativos” (RICOEUR, 2010, p. 99).

O autor explica que narrar significar dizer quem faz o que, por

que e como, estendendo no tempo a conexão entre esses pontos de vista. A personagem é composta em enredo, ou seja, a personagem da narrativa não se trata de uma entidade distinta de suas experiências, mas, sim, de alguém que compartilha o regime da identidade dinâmica própria à história narrada. “A narrativa constrói a identidade da personagem, que pode ser chamada de sua identidade narrativa, construindo a identidade da história narrada. É a identidade da história que faz a identidade da personagem” (RICOEUR, 2014, p. 155).

Aqui, identidade não é associada à nacionalidade, tampouco à busca de origens; mas, sim, à dialética entre a ipseidade e a mesmidade. Ricoeur (2014, p. 115) explica que a identidade pessoal, como mesmidade ou identidade-idem, possui um caráter numérico e qualitativo: significa unicidade, ao contrário de pluralidade, e corresponde a reidentificação do mesmo “n” vezes; tem a ver, também, com semelhança extrema. Ainda, a identidade pessoal deve ter continuidade ininterrupta entre o primeiro e o último estágio do desenvolvimento do mesmo indivíduo, bem como apresentar um princípio de permanência no tempo.

Por isso, o autor propõe o estudo da ipseidade do si, que implica alguma forma de permanência no tempo e que não se reduz à determinação de um substrato. A intervenção da identidade narrativa, portanto, trata-se de uma constituição conceitual da identidade pessoal, ao modo de uma medianidade específica entre o polo do caráter – isto é, o conjunto das marcas distintivas que possibilitam reidentificar um indivíduo humano como sendo o mesmo –, em que idem e ipse tendem a coincidir, e o polo da manutenção do si mesmo, em que a ipseidade se desvencilha da mesmidade.

A identidade narrativa não elimina a identidade pessoal, porém a coloca em relação dialética com a identidade ipse. A memória, voltada para o passado, e a promessa, voltada para o futuro, colocam-se de modos diferentes na dialética entre a mesmidade e a ipseidade. Com a memória, a ênfase é posta na mesmidade; na promessa, na ipseidade. Ambas têm relação com a ameaça de um negativo constitutivo do conteúdo de sentido: o esquecimento para a memória e a traição para a promessa (RICOEUR, 2006, p. 124).

A alteridade, ou seja, a relação com o outro é própria da promessa. As representações, enquanto mediações simbólicas que contribuem para a instauração de um vínculo social, simbolizam as identidades. Significa dizer que a instauração do vínculo social se dá por meio do acordo, isto é, do conteúdo da busca da identidade.

Por um lado, a esfera das representações detém o papel de mediador simbólico e conduz assim ao primeiro plano a questão da identidade das entidades sociais em jogo. Por outro, o campo das práticas sociais coloca no lugar de honra o agente da mudança, o protagonista social, tanto no plano coletivo como no plano individual (RICOEUR, 2006, p. 150).

O filósofo explica que toda instauração é potencialmente de natureza reconstrutiva, desde que não permaneça congelada na repetição e que se revele inovadora em algum grau. Assume-se a responsabilidade de aproximar as considerações de Ricoeur (2006, 2010, 2014) aos estudos de Martino (2010, p. 14), para quem a identidade se trata de algo que se produz e que se transforma em mensagem, reelaborada pelos sujeitos em comunicação.

Conforme o autor brasileiro, identidade relaciona-se à maneira como se explica o mundo; aos critérios que cada pessoa usa para definir as situações e as pessoas; ou seja, às narrativas que se constrói a respeito da realidade. De caráter dinâmico, a identidade relaciona-se dialeticamente com o cotidiano no sentido paradoxal de mantê-la em plena transformação. Nas narrativas de identidade, o outro tem lugar específico – é imaginado tanto quanto o “eu”. Por isso, a questão da identidade é, ao mesmo tempo, reflexiva e autorreflexiva. “As pessoas se definem em relação a si mesmas, mas também em relação aos outros, aos grupos com quem convivem, às situações políticas, sociais e econômicas nas quais se vive” (MARTINO, 2010, p. 34).

É possível, também, aproximar as considerações do pesquisador brasileiro ao pensamento de França (2002, p. 27), para quem a discussão da identidade representa, no mesmo movimento, a discussão da alteridade, da diferença. A autora trata a identidade como processo; como um constituir-se; como uma produção que nunca se completa, formada e transformada no interior da representação.

A identidade tem a ver com discursos, objetos, práticas simbólicas que nos posicionam no mundo – que dizem nosso lugar com relação a outro (outros pontos de referência, outro lugar). Ao fazer isto, a identidade também marca e estabelece uma posição, o lugar que efetivamente construímos e no qual nos inserimos. Ela se constrói assim – nessa intersecção entre os discursos que nos posicionam e o nosso movimento de nos posicionarmos enquanto sujeitos no mundo (FRANÇA, 2002, p. 28).

A pesquisadora brasileira chama a atenção para a dinâmica, para o jogo de posicionamentos fundado na existência de um e do outro, trazidos juntos, na relação que os constitui como tal. A identidade, destacada por Martino (2010) e por França (2002) como um processo

móvel, assemelha-se com a dialética entre a mesmidade e a ipseidade, própria da identidade narrativa proposta por Ricoeur (2006, 2010, 2014). De acordo com o filósofo, é na confrontação com outrem (indivíduo ou coletividade) que a identidade narrativa revela sua fragilidade. Tanto que as ideologias do poder buscam manipular essas identidades frágeis pelo viés da mediação simbólica da ação – isso se torna possível em função dos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa.

Na perspectiva de Leal (2006, p. 26), as narrativas apresentam-se como espaço de tensão, em que convivem coerção, resistência, consonâncias e dissonâncias. Motta (2007, p. 143), para quem os enunciados narrativos colocam as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico, aprofunda o ponto de vista: os discursos narrativos mediáticos se constroem por meio de estratégias comunicativas e recorrem a operações e opções linguísticas e extralinguísticas para realizar certas intenções e objetivos.

A organização narrativa do discurso mediático não é aleatória, mas, sim, se realiza em contextos pragmáticos e políticos, bem como produz certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no destinatário (MOTTA, 2007, p. 144).

O autor entende que as narrativas mediáticas não são apenas representações da realidade, e, sim, formas de organizar ações em função das estratégias culturais de contexto. Narrativas e narrações tornam-se dispositivos discursivos utilizados socialmente de acordo com as pretensões dos narradores. Narrativas e narrações tornam-se exercícios de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação. Narrativas e narrações realizam ações e performances socioculturais, não só relatos representativos (MOTTA, 2007, p. 145).

As ideologias entram, aqui, como um sistema cultural que responde à tensão e que se torna crucial como fonte de significados e atitudes sociopolíticas (GEERTZ, 2015, p. 125). Numa dimensão apologética e justificadora, a ideologia refere-se à parcela da cultura que se preocupa ativamente com o estabelecimento e a defesa de padrões de crença e de valor. A perspectiva do antropólogo assemelha-se à perspectiva de Van Dijk (2015, p. 48), para quem ideologias são definidas como estruturas cognitivas complexas que proporcionam coerência às atitudes sociais – as quais, por sua vez, determinam as

práticas sociais. Nos meios de comunicação jornalísticos, a estratégia de controle do conhecimento é exercida por meio da restrição seletiva de assuntos e, mais geralmente, por meio de reconstruções específicas das realidades sociais e políticas. O processo é dirigido por um sistema de valores e de ideologias profissionais sobre as notícias e sobre o que deve ou não ser notícia.

Assim, o entendimento de Geertz (2015) e Van Dijk (1998; 2015) sobre ideologias conforma-se com Thompson (2011, p. 76), que afirma: fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Daí a importância de se examinar a interação de sentido e poder em circunstâncias particulares.

5 Análise pragmática da narrativa jornalística: personagens discursivas

Utilizou-se, neste artigo, o movimento de construção de personagens jornalísticas (discursivas), conforme Motta (2007, p. 152), para a identificação das identidades narrativas constituídas pelas primeiras páginas dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*, de 11 de dezembro de 2011, sobre o plebiscito no Pará. A personagem jornalística não se trata de uma entidade puramente ficcional e arbitrária ao gosto da criação do autor, como ocorre na arte, mas, sim, de um produto de uma narrativa fática. Motta (2007, p. 153) explica que a personagem é apresentada ao público pelo narrador, que são os meios de comunicação de massa – e o narrador imprime marcas com as quais pretende construir a personagem na mente dos leitores.

A fim de observar a estrutura noticiosa dos dois periódicos em questão, aplicou-se, às categorias formais, os conceitos: superestruturas esquemáticas – que descrevem a forma global de um discurso – e macroestruturas temáticas – a organização geral de “tópicos” globais sobre os quais versa um exemplar de notícia (VAN DIJK, 2000, p. 123). Os quadros 1 e 2 mostram as superestruturas esquemáticas e macroestruturas temáticas observadas nas primeiras páginas de *O Liberal* e do *Diário do Pará*, em 11 de dezembro de 2011. As figuras 1 e 2 reproduzem as notícias sobre o plebiscito no Pará publicadas nos jornais das ORM e da RBA.

Quadro 1 – Estrutura da notícia sobre o plebiscito no Pará em *O Liberal*

O LIBERAL		
CATEGORIAS	SUPERESTRUTURA ESQUEMÁTICA	MACROESTRUTURAS TEMÁTICAS
Manchete	Hoje, 4,8 milhões decidem sobre a divisão do Estado	Destaque para o grande número de eleitores.
Submanchete 1	Em todo o Pará, vão funcionar 14.281 seções eleitorais, das 8h às 17h.	Efeitos de construção do real ao enfatizar o número de seções e o horário de funcionamento delas.
Submanchete 2	Pela primeira vez na história, a população paraense vai às urnas decidir sobre a divisão do seu território, visando à criação dos estados de Carajás e do Tapajós. Segundo o TRE, a eleição vai custar 13,5 milhões.	Ênfase no ineditismo do plebiscito no Pará e, também, nos custos da consulta pública.
Infográfico	Este? Ou isto?	Juntos, Carajás e Tapajós tornam-se cenário a ser aprovado ou rejeitado. Negligenciado o caráter de consulta pública e individual de cada território. Desprezo pela opção separatista.

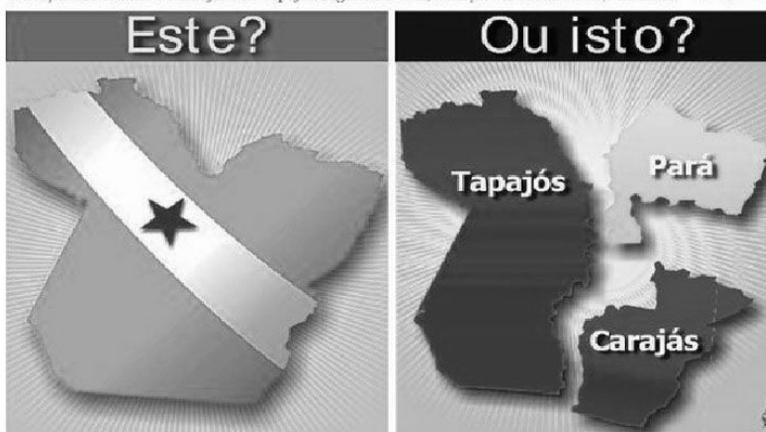
Fonte: As autoras

Figura 1 – Plebiscito no Pará na primeira página de *O Liberal*

Hoje, 4,8 milhões decidem sobre a divisão do Estado

Em todo o Pará, vão funcionar 14.281 seções eleitorais, das 8h às 17h

Pela primeira vez na história, a população paraense vai às urnas decidir sobre a divisão do seu território, visando à criação dos estados de Carajás e do Tapajós. Segundo o TRE, a eleição vai custar R\$ 13,5 milhões. Poder, 1 a 8.



Fonte: *O Liberal* digital

Observou-se três categorias formais exploradas em *O Liberal*: manchete, submanchete e infográfico (Quadro 1). As construções discursivas da manchete e das submanchetes exploram os efeitos de construção do real, ao destacar o total de eleitores, o horário e o local de funcionamento das seções eleitorais, bem como os custos da consulta pública. Esta última construção discursiva evidencia a preocupação mercadológica de *O Liberal* em relação ao plebiscito.

Conforme apresentado na seção 2 deste artigo, o jornal das ORM preocupa-se em não contrariar o governo de situação a fim de obter investimento em verbas publicitárias. *O Liberal* tem histórica proximidade com os governos do PSDB. Portanto, em 2011, defendeu a aliança política com o governador Simão Jatene – que prometeu, a priori, uma atitude de distanciamento sobre o plebiscito. Entretanto, no decorrer daquele ano, se posicionou contrário à criação dos novos Estados, incentivando forças e agentes políticos a se engajar na luta contra a divisão do Pará.

No infográfico de *O Liberal*, a bandeira do Pará, apresentada como símbolo do Estado inteiro, revestiu o próprio mapa da unidade administrativa (Figura 1). Sob o título “Este?”, evoca na memória dos eleitores paraenses as características de unidade e de coesão. Apaga as realidades humanas escandalosamente distintas, resultado dos projetos de grande impacto desenvolvidos na Amazônia: Carajás-Parauapebas; hidrelétrica de Tucuruí-cidade de Tucuruí; Monte Dourado-Beiradão; Vila dos Cabanos-Barcarena (PINTO, 1994, p. 9). Associar o Pará à bandeira configura-se como estratégia para reidentificar o estado a qualquer tempo e a qualquer lugar, admitindo que sua configuração atual sempre foi e sempre será a mesma.

O “Ou isto?” refere-se à promessa, à fragmentação do território paraense em três estados. O periódico poderia ter optado pela expressão “Ou estes?”, já que a consulta pública era sobre dois cenários independentes. Contudo *O Liberal* trata ambos os territórios, Carajás e Tapajós, como única alternativa. Alternativa em que não há elemento conhecido para identificar Carajás, Tapajós ou o Pará remanescente. Os três estados são apresentados sem conexão alguma e representam a versão negativa do que poderia acontecer naquele 11 de dezembro de 2011.

No *Diário do Pará*, foram observadas duas categorias formais: manchete e submanchete. Todavia o jornal da RBA utilizou, como a imagem de fundo, a bandeira do estado do Pará para referir-se ao plebiscito (Figura 2): diferentes mãos puxam a bandeira em sinal de exibição, mas, de certa forma, disputam-na, já que a bandeira é puxada em sentidos opostos. Simbolicamente, o gesto das mãos representa luta ou competição. No entanto a luta não se dá pela racionalidade, e sim pela força. A vitória não é nos argumentos, mas na brutalidade.

Quadro 2 – Estrutura da notícia sobre o plebiscito no Pará no *Diário do Pará*

DIÁRIO DO PARÁ		
CATEGORIAS	SUPERESTRUTURA ESQUEMÁTICA	MACROESTRUTURAS TEMÁTICAS
Manchete	Sim ou não?	Em vez das perguntas sobre Carajás e Tapajós, recuperou-se as estratégias de campanha utilizadas pelas frentes políticas de apoio e contrárias à divisão do Pará
Submanchete 1	Paraenses vão às urnas para decidir o futuro do estado	Paraenses “de verdade” são os que advogam pela permanência do estado uno; os outros são forasteiros.
Submanchete 2	Este não é um domingo como outro qualquer. É um domingo que ficará na história de quase 5 milhões de eleitores paraenses, chamados às urnas para uma consulta inédita no estado: decidir se o Pará continua um só ou se será dividido em mais duas unidades federativas – Carajás e Tapajós.	Destaque para o ineditismo do plebiscito no Pará.

Fonte: As autoras

Figura 2 – Plebiscito no Pará na primeira página do *Diário do Pará*



Fonte: *Diário do Pará* versão eletrônica

A estrela, ao centro da bandeira (Figura 2), que alude à estrela solitária presente na bandeira brasileira – simbolizando a união do estado com a nação, quando da tardia adesão à independência do Brasil – teve sua cor original, azul, alterada para a cor preta. A conformação é importante, pois incorpora valores, regras e códigos constituídos por sistemas ou por campos semânticos de origens diversas, como o político (GUIMARÃES, 2006, p. 3).

Inferiu-se que, na primeira página do *Diário do Pará*, houve uma quebra no significado histórico-simbólico da bandeira do Pará. O que, em outro contexto, representava união, no plebiscito foi tratado como luto, como a “morte” do Pará. Há clara dialética entre a memória, representada pela bandeira do Pará, e a promessa – narrada como um futuro negativo em que o estado se fragmentaria. A ideia de um futuro negativo é reforçada pelo fato da conjunção “ou” e do ponto de interrogação estarem, da mesma forma, na cor preta.

Da mesma forma que *O Liberal*, o *Diário do Pará* lançou duas perguntas: “sim” ou “não” – resultado das estratégias de campanha utilizadas pelas frentes unificadas (MENDONÇA; CAL, 2012, p. 112). “Sim” foi grafado em verde, cor utilizada no material das frentes pró-criação dos estados⁷. A mesma cor predomina no brasão e na bandeira de Marabá, a provável capital do Estado de Carajás. “Não”, ligeiramente maior que “Sim”, foi grafado na cor azul, que predomina na versão original da bandeira do Pará. No azul, transplantado da estrela para a palavra, inferiu-se que o jornal teve posicionamento favorável à manutenção do estado inteiro e contrário à criação dos estados de Carajás e de Tapajós.

A manchete do *Diário do Pará* falou sobre a decisão dos paraenses. Geograficamente, todos os que habitam e/ou nasceram nas divisas do estado do Pará são paraenses. Entretanto, durante o plebiscito no Pará, Mendonça e Cal (2012, p. 116) lembram que o “paraense de verdade” foi classificado como aquele que lutou contra a divisão do Pará. Os habitantes dos territórios de Carajás e de Tapajós, ainda que paraenses, foram vistos como forasteiros – interessados, apenas, em saquear as riquezas do Pará. Ao evocar os paraenses, o *Diário do Pará* assume a defesa pela integridade do território estadual.

O ineditismo da consulta pública foi destaque nas construções discursivas de ambos os jornais analisados. Tanto *O Liberal* quanto o *Diário do Pará* viram-se, pela primeira vez desde a instauração da Carta Magna, à mercê de grupos políticos com forte poder de

influência na população votante. Daí a necessidade de construir estratégias discursivas e usá-las de acordo com suas ideologias.

6 Considerações finais: interpretações/reinterpretações

O artigo propôs-se a identificar as identidades narrativas constituídas pelas primeiras páginas dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*, de 11 de dezembro de 2011, sobre o plebiscito no Pará. Para responder tal questão-problema, recorreu-se à HP (THOMPSON, 2011) como postura metodológica, associada à técnica da análise pragmática da narrativa jornalística (MOTTA, 2007), com destaque para o movimento de construção das personagens jornalísticas (discursivas). A análise da estrutura da notícia (VAN DIJK, 2000), também utilizada como ferramenta de pesquisa, permitiu interpretar/reinterpretar a construção simbólica do plebiscito no Pará a partir dos jornais impressos paraenses.

Castro (2012, 2013) mostra que *O Liberal* e *Diário do Pará* gozam de importância e de prestígio para além das divisas estaduais, *pari passu* aos maiores grupos de comunicação da Amazônia. Suas abordagens jornalísticas são estratégicas e revelam posicionamentos político-ideológicos. Em geral, *O Liberal* opta pela não contrariedade aos governos de situação, enquanto o *Diário do Pará* opta pelos interesses diretos do senador Jader Barbalho – um dos políticos mais influentes do Brasil e que detém um peso decisivo em alianças políticas, amiúde, envolvido em escândalos de corrupção.

Pinto (2007, 2013) é um dos poucos a colocar em xeque a origem dos dois jornais paraenses e o fato de ambos terem se tornado poderosos na Amazônia. O jornalista critica, ainda, o real alcance de *O Liberal* e do *Diário do Pará*, já que uma visão do número de vendas, dos custos envolvidos na produção de cada exemplar, da distribuição por municípios e dos próprios investimentos via publicidade, por exemplo, só seria possível se ambas as empresas tornassem públicas informações contábeis – o que não o fazem. O que se pode afirmar, seguramente, é que a rivalidade entre *O Liberal* e *Diário do Pará* estrutura o cenário jornalístico do estado do Pará. A atividade de um diz sobre a atividade do outro, uma vez que as ideologias dos dois, em geral, divergem.

Entretanto, sobre o plebiscito no Pará, aparentemente, *O Liberal* e *Diário do Pará* advogaram contra a criação dos estados de Carajás e de

Tapajós a partir da divisão territorial do Pará. As identidades narrativas criadas pelos dois periódicos colocaram, de um lado, a memória (mesmidade) do estado íntegro e reidentificável por meio da bandeira do Pará; do outro, a promessa (ipseidade) da separação, da quebra, da cisão territorial. Carajás e Tapajós, em *O Liberal*, foram narrados pelo desconhecido e pela desconexão entre os territórios. No *Diário do Pará*, Carajás e Tapajós foram narrados como forasteiros que tentam, com a força das mãos, rasgar o Pará em três partes. No jornal da RBA, o sentido de morte, de luto, de perda é recuperado pelo enegrecimento da estrela presente na bandeira do Pará – que, originalmente, é azul e simboliza a união com os demais estados brasileiros.

Em *O Liberal* houve a patente preocupação mercadológica. Quanto o jornal das ORM ganharia ou perderia com a divisão territorial? Pareceu ser esse o questionamento do periódico ao evidenciar a preocupação com os custos da consulta pública. Já o *Diário do Pará* foi mais simbólico ao compactuar com os interesses do senador Jader Barbalho. O político brasileiro é simpático à criação dos novos estados, em especial do estado de Tapajós, pois é proprietário do grupo Tapajós, formado pela TV Tapajós, afiliada à Rede Globo; a rádio FM Tapajós e o portal de notícias *No Tapajós*, atualmente hospedado no domínio globo.com (PINTO, 2015, p. 177). Durante a campanha do plebiscito, porém, Jader Barbalho se eximiu de expor sua opinião, atuando de forma silenciosa nos bastidores da tramitação do projeto de convocação do plebiscito. O senador evitou expor suas predileções quanto à causa separatista para não se prejudicar nas regiões polarizadas (LIMA, 2011).

O jornalismo paraense é refém de dois grandes grupos de comunicação, que possuem estreitas relações com o cenário político e com o mundo dos negócios. Nenhuma narrativa de *O Liberal* e do *Diário do Pará* é ideologicamente isenta. Pelo contrário, as personagens discursivas são construídas subjetivamente, isto é, são previamente interpretadas e apresentadas ao público conforme os critérios políticos dos jornais. O isolamento da Amazônia em relação às demais regiões brasileiras não desmerece as reflexões aqui apresentadas. A Amazônia esteve muito próxima de se tornar um país independente e o Pará, durante boa parte da história do Brasil, manteve relações diretas com Portugal. A conjuntura político-comunicacional paraense é própria, contudo requer investigações para, justamente, estimular resistências à comunicação de massa.

NOTAS

- 1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no GT Narrativas Midiáticas da Amazônia durante o II Encontro de Antropologia Visual da América Amazônica (EAVAAM), realizado entre 25 e 27 de outubro de 2016, em Belém (PA).
- 2 O maior estado brasileiro em extensão territorial trata-se do Amazonas, que possui área estimada pelo IBGE em 1.570.000,148 km².
- 3 No original: “allow people, as group members, to organize the multitude of social beliefs about what is the case, good or bad, right or wrong, for them, and to act accordingly”. Tradução das autoras.
- 4 Ao todo, foram desenvolvidos 33 grandes projetos industriais e de infraestrutura, de forma a corroborar a estratégia do governo federal de expansão da fronteira amazônica via urbanização. Seis desses grandes projetos foram implantados na Amazônia: Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), Ferro Carajás, Hidrelétrica de Tucuruí, Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás), Alumina do Norte do Brasil S.A. (Alunorte) e Trombetas (BECKER, 1997, p. 65).
- 5 Joaquim Cardoso Magalhães Barata foi interventor federal no Pará, de 1930 a 1935. Tinha poderes quase absolutos no estado. O jornalista Paulo Maranhão, dono do jornal *Folha do Norte*, fazia oposição direta aos mandos e desmandos de Magalhães Barata. Maranhão chegou a ser agredido, a mando do adversário, com um banho de fezes. Cf.: <http://novoblogdobarata.blogspot.com.br/2012/05/historia-o-banho-de-fezes-em-paulo.html>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- 6 Após deixar o governo do estado do Pará, em 1986, Jader Barbalho tornou-se ministro da Reforma Agrária e da Previdência Social, no governo de José Sarney (1985 a 1989). Retornou ao governo do estado do Pará, entre 1990 e 1994. Assumiu o cargo de senador da República em 1994, mas o renunciou em 2001, após troca de acusações com o senador baiano Antônio Carlos Magalhães sobre desvio de verbas públicas da Superintendência da Amazônia (Sudam), do Banco do Estado do Pará (Banpará) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em 2002 e em 2006, elegeu-se deputado federal. Re-

tornou ao senado, em 2010. (VELOSO, 2008, p. 83). Cf.: <www.jaderbarbalho.com/v3/index.php/biografia>. Acesso em: 20 ago. 2016.

- 7 O TSE autorizou o registro das frentes favoráveis e contrárias ao surgimento dos novos estados, compostas por políticos da Assembleia Legislativa, Senado e Câmara dos Deputados que tiveram a incumbência de organizar e promover as campanhas do plebiscito. As Frentes registradas no Tribunal Regional Eleitoral do Pará, foram: Frente contra a criação do Estado do Tapajós, presidida pelo deputado estadual Celso Sabino; Frente contra a criação do Estado do Carajás, liderada pelo deputado federal Zenaldo Coutinho; Frente pró-criação do Estado do Tapajós, organizada pelo deputado federal Lira Maia e Frente pró-criação do Estado do Carajás, de responsabilidade do deputado estadual João Salame (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, s.d.).

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

BRASIL. Título III. Da Organização do Estado. Capítulo I. Da organização político-administrativa. In: **Constituição**. Brasília: Senado Federal: 1988.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio do discurso dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CASTRO, Fábio Fonseca de. Macrodinâmicas da comunicação midiática na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. Belém, v. 8, n. 2, p. 435-445, maio-ago. 2013. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222013000200013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 05 fev. 2017.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **Ostemas da identidade e da cultura no debate sobre a divisão do Pará**. 2011. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVpbnxodXBvbW5lbWF0YXxneDo3MWM3NmQyOTcwMzc1MTVm&pli=1>> Acesso em: 21 fev. 2014.

CASTRO, Fábio Fonseca de. Sistemas de comunicação na Amazônia. **Revista Fronteira: estudos midiáticos**. v. 14, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2012.143.01>> Acesso em: 05 fev. 2017.

DUTRA, Manuel. **O Pará dividido: discurso e construção do Estado do Tapajós**. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1999.

ESTADOS E CAPITAIS DO BRASIL. Bandeira do Pará. Disponível em: <www.estadosecapitaisdobrasil.com/bandeira/bandeira-do-para> Acesso em: 10 fev. 2016.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga. (Org.). **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.27-43.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GUIMARÃES, Luciano. **O repertório dinâmico das cores na mídia: produção de sentido no jornalismo visual.** 2006. Disponível em: <www.compos.org.br/data/biblioteca_504.pdf> Acesso em: 13 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 29 jan. 2014.

LEAL, Bruno. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Orgs.). **Na mídia, na rua: saberes do cotidiano.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 19-28.

LIMA, Wilson. **Com medo de rejeição, personalidades do Pará se eximem de opinar.** 10 dez. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/pa/com-medo-de-rejeicao-personalidades-do-para-se-eximem-de-opinar/n1597404585227.html>> Acesso em: 14 abr. 2013.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação e identidade: quem você pensa que é?** São Paulo: Paulus, 2010.

MARTINO, Luís Mauro Sá. De um eu ao outro: narrativa, identidade e a comunicação com a alteridade. **Revista Parágrafo**, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/377/376>> Acesso em: 29 jan. 2017.

MASSARANI, Luisa Medeiros; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; CARVALHO, Vanessa Brasil de. La ciencia en O Liberal: estudio de uno de los principales diarios de la Amazonía brasileña. **Chasqui**. n. 122. Jun. 2013. Disponível em: <www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/74/86> Acesso em: 20 ago. 2016.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CAL, Danila. Quem pode falar no Facebook? O “autocontrole” em um grupo sobre o plebiscito acerca da divisão do Pará. **Revista Debates**, v. 6, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/30928>> Acesso em: 13 set. 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Vozes: Petrópolis (RJ): 2007, p. 143-167.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura amazônica: uma poética do**

imaginário. Belém: Cejup, 1995.

PINTO, Lúcio Flávio. A mesma origem dos jornais rivais. **Observatório da Imprensa**. Edição 448, de 28 de agosto de 2007. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_mesma_origem_dos_jornais_rivais> Acesso em: 29 jul. 2015.

PINTO, Lúcio Flávio. Os jornais fraudados. **Observatório da Imprensa**. Edição 760, de 20 de agosto de 2013. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed760_os_jornais_fraudados> Acesso em: 29 jan. 2017.

PINTO, Lúcio Flávio. **O Pará dos paraenses** (proposta de um programa político sério). Edição do autor. 1994b.

PINTO, Pâmela Araújo. **Mídia regional brasileira**: características dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul. 2015. 337f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2015.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações**: ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1978.

RICOEUR, Paul. **O percurso do reconhecimento**. Edições Loyola: São Paulo, 2006.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. WMF Martins Fontes: São Paulo, 2014.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. WMF Martins Fontes: São Paulo, 2010.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; CASTRO, Avelina Oliveira de. Imprensa e poder na Amazônia: a guerra discursiva do paraense O Liberal com seus adversários. **Revista Comunicação Midiática**. v. 9. n. 1. jan./abr. 2014. Disponível em: <www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/465/254> Acesso em: 20 ago. 2016.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos> Acesso em: 23 mar. 2013.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Cognição, discurso e interação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Ideology**: A Multidisciplinary Approach.

Londres: SAGE, 1998.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia**: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007). 2008. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Alda Cristina Costa. Professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-doutoranda em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (PPGCLC/UNAMA). Coordenadora dos Projetos e Grupo de Pesquisa Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia e Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (NARRAMAZÔNIA/UFPA/UNAMA).

Thaís Luciana Corrêa Braga. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Pará (UFPA), jornalista do quadro de técnico-administrativos da UFPA. Integrante dos projetos de pesquisa Narrativas Midiáticas da Amazônia Paraense (Narramazônia) e Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia.

Evelyn Cristina Ferreira de Aquino. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Especialista em Jornalismo, Cidadania e Políticas Públicas e Graduada em Publicidade e Propaganda, pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Integrante do projeto de pesquisa Narrativas Midiáticas da Amazônia Paraense (Narramazônia).

RECEBIDO EM: 15/11/2016 | ACEITO EM: 21/02/2017